

190				
				1
			311	

O calvário das meninas índias

MARIA DO ROSÁRIO *

As denúncias do calvário das meninas das reservas indígenas gaúchas trouxe à tona uma fragilidade social que precisa ser revertida com urgência. A gravidade da situação reportada, na qual pelo menos uma centena de adolescentes são exploradas a partir de redes criminosas, que começam na própria reserva e perpassam por toda a região, choca e exige providências que levem em conta alguns pontos básicos.

Para começar, é preciso deixar claro que crianças e jovens protagonistas do comércio sexual não prostituem-se. Estão sendo, na verdade, explorados sexualmente, uma violência que produz profundas seqüelas físicas, psicológicas

e emocionais, roubando da vítima o direito ao ingresso saudável na vida adulta. Ou seja, uma perversidade sem limite, que acontece à revelia da condição étnica, religiosa, racial ou cultural do explorado. No entanto, se a violência sexual é uma realidade em todas as faixas econômicas da sociedade, a exploração para o comércio sexual é uma realidade que atinge diretamente os empobrecidos que estão à margem da seguridade social.

O fato de as vítimas da reportagem em questão serem jovens indígenas oriundas de comunidades empobrecidas econômica e culturalmente remete-nos ainda a outros pontos nevrálgicos: a inoperância do governo federal

na tomada de iniciativas que possam, de fato, garantir aos índios as conquistas da Constituição de 1988; a discriminação racial contra as índias, que tratadas como "bugras" são consideradas integrantes de uma casta inferior de mulheres; e os prejuízos ímpares que a cultura de massa capitalista e branca causou e continua causando às culturas tradicionais fragilizadas. Neste caso, principalmente nas condutas de banalização da sexualidade, com destaque para a mercantilização do corpo das mulheres, e a expansão do consumo de álcool e drogas.

O mais triste de tudo isso, no entanto, é constatar a destruição da Funai

O mais triste de tudo isso, no entanto, é constatar a destruição da Fundação Nacional do Índio (Funai), aprofundada a partir do governo Collor. Cabe lembrar que o

orçamento federal para a proteção e defesa dos direitos indígenas caiu de R\$ 377.104, em 1995, para R\$ 57.036, em 1999. Ou seja, o quase nada sofreu um corte drástico.

Uma incoerência que joga os índios brasileiros à margem das políticas públicas do país, desmascarando, da pior maneira possível, os discursos do governo FH de resgate das dívidas sociais étnicas, tão bem propagados nas "comemorações" dos 500 anos, e denunciando mais uma vez o já histórico descaso em relação às necessidades das comunidades indígenas.

* *Deputada estadual (PT)*